

## TRABALHADORES PERDEM!

### Governo pressiona, Congresso aprova



**Medidas provisórias que dificultam o acesso aos benefícios trabalhistas e previdenciários, tais como seguro-desemprego, pensão por morte e auxílio-doença, foram aprovadas no Congresso Nacional e transformadas em lei.**

O Congresso Nacional decepcionou os trabalhadores de todo o Brasil ao aprovar, em maio, as Medidas Provisórias 664 e 665, que dificultam o acesso aos benefícios trabalhistas e previdenciários.

Apesar das centrais sindicais terem declarado descontentamento desde o momento em que tais medidas foram anunciadas pela presidente Dilma Rousseff, no final do ano passado, o governo, além de não ter discutido as novas regras com os sindicalistas, teve uma conduta contrária ao que tinha anunciado anteriormente (enquanto candidata), quando prometeu que não tocaria em direitos trabalhistas. “Quando Dilma tentava se reeleger, disse que não mexeria nos direitos dos trabalhadores ‘nem que a vaca tossisse’. Pois bem, como podemos ver, a vaca tossiu na cara de todos os trabalhadores”, aponta o presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira.

As medidas, que, com a sanção da presidente, foram transformadas em lei, fazem parte do ajuste que a presidente defende para reduzir gastos e reequilibrar as contas públicas. Segundo dados do próprio governo, as novas regras poderão gerar uma economia de R\$ 18 bilhões. Na opinião de Edison, existem outras maneiras de se economizar, sem prejudicar a classe trabalhadora. “Que o Brasil enfrenta um momento de crise, todo mundo está cansado de saber.

Todos nós estamos sentindo no bolso o impacto negativo da economia brasileira, mas o que não podia ter acontecido era prejudicar o trabalhador para cobrir o rombo fiscal do País. Por que o governo não mexeu no bolso daqueles que possuem grandes fortunas?”

O governo alegou que as medidas não extinguem direitos trabalhistas, mas vale destacar que elas restringem o acesso a eles, excluindo milhões de pessoas da possibilidade de obtê-los. “Estão prejudicando exatamente a parcela mais vulnerável da população, que é a classe trabalhadora. Além do que as novas regras destoam da estratégia implementada pela própria Presidência nos últimos anos”, adverte o vice-presidente da Federação paulista da Saúde, Paulo Pimentel, lembrando que a finalidade do governo nos anos anteriores era a melhoria da distribuição de renda e a redução da desigualdade social.

A Federação paulista da Saúde atua junto com as centrais sindicais, que lutaram para que as novas regras não fossem aprovadas. “Infelizmente, nós não fomos chamados para discutir as medidas que são de total interesse dos trabalhadores, sendo que legitimamente nós os representamos. Tentamos dialogar com os deputados e senadores, mas não houve tempo hábil e nem espaço, já que tais medidas estavam prestes a vencer”, enfatiza Paulo. “Além das medidas atingirem o trabalhador de baixa renda, elas não resolvem os problemas financeiros da Previdência Social”, finaliza.

**Saúde & Luta** é uma publicação de responsabilidade da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.  
Rua Paula Nery, 533 - Aclimação - SP  
Fone 55 (11) 5575-7427  
www.federacaodasaude.org.br

#### Diretoria Efetiva

Edison Laércio de Oliveira - Presidente  
Paulo Pimentel - 1º vice-presidente  
Erivelto Correa Araújo - 2º vice-presidente  
Mychelle Nascimento Francisco - Diretora de Relações Públicas  
Elaine da Silva Amaral - Secretária-geral  
Edna Alves - 1ª secretária  
João do Nascimento Carvalho - 2º secretário  
Valdeir Magri - Tesoureiro-geral  
Aristides Agrelli Filho - 1º tesoureiro  
Alexandre Ferreira Corte - 2º tesoureiro  
Sérgio Roberto Balduino da Silva - Diretor de Assuntos da Previdência Social  
Maria das Graças Artur Machado - Diretora de Recursos Humanos  
Paulo Roberto Gondim Richieri - Diretor-procurador  
Leide Mengatti - Diretora de Relações Intersindicais  
Carlos José Gonçalves - Diretor de Legislação e Normas  
Luiz Carlos Vergara Pereira - Diretor de Imprensa e Divulgação  
Maria Hermann - Diretora Cultural  
Milton Carlos Sanches - Diretor de Assuntos Parlamentares  
Vera Lúcia Salvádo Pimentel - Diretora arquivista  
Maria Jerusa de Abreu - Diretora de Sede e Patrimônio

#### Diretoria - Suplente

Maria Helena Anunciação de Souza, Marcelo Alexandre Cândia dos Santos, Anselmo Eduardo Bianco, Sofia Claudete Rodrigues Borges, Maria Ivanilde de Araújo Almeida, Florivaldo Pereira de Almeida, Maria Cecília da Silva, Maria do Carmo de Oliveira, Arnaldo Batista de Almeida, Marcos Paulo Jordano, Carlos José Suzano da Silva, José Monteiro dos Santos, Susana Chiarelli dos Santos, Marly Alves Coelho, Ana Ferreira da Silva, Shirley Cristina dos Santos Bertin, Elidalva da Silva Lima, Martinho Luiz dos Santos Dias, Tais Aparecida Jacom Matheus e Vera Lúcia Andrade de Oliveira

#### Conselho Fiscal - Efetivo

Elizabeth Antonia Bertin  
Rozélia Barbosa dos Santos  
Lierse Christovam de Almeida

#### Conselho Fiscal - Suplente

Sofia Rodrigues do Nascimento, Natalício Valério da Silva e Francisco Sálvio de Almeida

#### Delegados Representantes na CNTS - Efetivos

Marta Alves de Carvalho e  
Paulo Cesar Pereira Richieri

#### Delegados Representantes na CNTS - Suplentes

Ivone Carrocini e Sebastião Aparecido Matias

#### Produção:

**DOMMA** Editora de Publicações

site: www.domma.com.br  
E-mail: domma@domma.com.br  
Jornalista responsável:  
Sirlene Nogueira (Mtb 15.114)  
Fone (19) 3233-0317  
Redação: Ingrid D'Elboux Diogo (Mtb 62871/SP)  
Revisão: Vera Bison (Mtb 12.391)  
Editoração: Felipe Teixeira  
Tiragem: 50 mil exemplares  
Gráfica: Rip

## Editorial

### Dias de lutas, dias de glórias

O País passa por um momento de crise, tanto econômica quanto trabalhista.

Não bastasse a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto que regulamenta a terceirização em todas as atividades da empresa, o Congresso Nacional traiu os trabalhadores ao aprovar as Medidas Provisórias 664 e 665, editadas pela presidente Dilma Rousseff no fim do ano passado, que prejudicam e retiram direitos e benefícios de toda a classe trabalhadora.

Apesar da nossa luta para que não fossem aprovadas, infelizmente elas acabaram passando nas casas legislativas sem que houvesse diálogo com os representantes legais dos trabalhadores. Assim, não tivemos espaço para impedir este retrocesso trabalhista. Mas precisamos estar unidos e criar forças para enfrentar outras batalhas que estão por vir, para que possamos sair vitoriosos.

E por falar em vitória, os trabalhadores da saúde têm muito para comemorar, apesar do cenário negativo do País. No dia 12 de maio, celebramos o Dia Estadual do Trabalhador da Saúde, com direito à sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 15 de maio, como acontece tradicionalmente. Os profissionais da área foram homenageados pelos relevantes serviços prestados à população.

Além disso, também em maio, a Federação paulista da Saúde



representou os trabalhadores do Brasil no Congresso Mundial de Saúde, que aconteceu em Buenos Aires, Argentina. Foi a primeira vez que as lideranças mais influentes do setor se encontraram em um evento de nível mundial, para tratar especificamente sobre o tema. Uma conquista para nós, diretores, e para vocês, trabalhadores.

Que nós estejamos sempre unidos para celebrar as conquistas e para enfrentar as dificuldades que eventualmente possam aparecer. Juntos, somos mais fortes sempre.



Um grande abraço,

Edison Laércio de Oliveira,  
presidente da Federação dos  
Trabalhadores da Saúde do  
Estado de São Paulo

## Como tudo começou

**P**ara tentar reequilibrar as contas do cofre público, no dia 30 de dezembro de 2014, a presidente Dilma Rousseff editou as Medidas Provisórias 664 e 665, que determinam novas regras para o acesso aos benefícios previdenciários e trabalhistas, como, por exemplo, abono salarial, seguro-desemprego, auxílio-doença e pensão por morte.

Tais medidas já estão em vigor, porém tinham que ser apreciadas no Congresso Nacional para que senadores e deputados votassem se eram a favor ou contra. Caso fossem derrubadas nas casas legislativas, elas perderiam a eficácia.

“Tentamos negociar antes que fossem para votação no Congresso Nacional, mas não houve

espaço para diálogo”, argumenta Paulo Pimentel presidente do Sindicato da Saúde de Santos.

As medidas provisórias perderiam a validade em 1º de junho se não fossem votadas nas casas legislativas. Com a sanção da presidente, as medidas foram transformadas em lei.



Paulo

### Entenda a tramitação da medida provisória

A medida provisória é um instrumento com força de lei, adotada pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência, cujo prazo de vigência é de 60 dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei.

Se a Câmara ou o Senado rejeitar a medida provisória ou se ela perder sua eficácia, os parlamentares têm que editar um decreto legislativo para disciplinar os efeitos que tenham gerado durante sua vigência. Se o conteúdo de uma medida provisória for alterado, ela passa a tramitar como projeto de lei de conversão, que é o caso das 664 e 665.

Depois de aprovada na Câmara e no Senado, a



medida provisória - ou o projeto de lei de conversão - é enviada à Presidência da República para sanção. O presidente tem o direito de vetar o texto parcial ou integralmente, caso discorde de eventuais alterações feitas no Congresso.

**LEIA MAIS NOTÍCIAS  
DO SEU INTERESSE  
EM NOSSO SITE**



**FEDERACAODASAUDE.ORG.BR**

## Lei 13.134, oriunda da MP 665, é retrocesso trabalhista

A Medida Provisória 665/14 altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-desemprego, o abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal.

Aprovada na Câmara dos Deputados no dia 7 de maio e no Senado no dia 26, a Medida Provisória 665/14, convertida na Lei 13.134, dificulta as regras de acesso ao seguro-desemprego, prejudicando os trabalhadores.

De acordo com o Ministério do Trabalho, o governo espera, com a mudança das regras, uma redução de R\$ 6,4 bilhões, em 2015, nos gastos com o pagamento do seguro-desemprego. Porém, a expectativa é de que 1,6 milhão de trabalhadores, o que representa 19% do total, deixem de receber o benefício neste ano.

Inicialmente estava previsto também regras mais rígidas para o acesso ao abono salarial, mas tais medidas foram vetadas e o abono deve continuar sendo pago para quem trabalha por pelo menos 30 dias. De acordo com o governo, o veto decorre do acordo realizado durante a tramitação da medida no Senado, o que deixará a questão para ser analisada pelo Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social.

### Seguro-desemprego

Com a publicação da nova lei, o trabalhador terá direito ao seguro-desemprego se tiver trabalhado por pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses. O prazo inicial proposto pelo governo era de 18 meses de trabalho para poder ter acesso ao benefício. Antes da vigência da medida provisória, no fim de fevereiro, o trabalhador precisava de apenas seis meses.

Para poder pedir o benefício pela segunda vez, a lei estipula que o trabalhador tenha nove meses de atividade nos últimos 12 meses. Antes, este prazo exigido era de seis meses de trabalho e o governo queria ampliar, inicialmente, para 12 meses. A proposta mantém a regra prevista na MP (seis meses) se o trabalhador requisitar o benefício pela terceira vez.

“Os trabalhadores que foram prejudicados e tiveram o pedido do seguro-desemprego negado durante a vigência da Medida Provisória 665 devem ficar atentos e lutar, junto conosco, para que

sejam pagas as parcelas retroativas do benefício”, enfatiza o presidente da Federação paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira.

A lei sancionada, apesar de ser mais branda do que a versão original da MP, prejudica muito os trabalhadores, uma vez que o mercado de trabalho possui alta rotatividade. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que 63,4% dos 10,8 milhões dispensados sem justa causa no País tinham menos de um ano e meio de serviço.

Também, de acordo com os números do Caged, os mais prejudicados serão os jovens trabalhadores, já que 78% dos dispensados sem justa causa com até 17 anos, entre janeiro e novembro, estavam há menos de um ano no serviço. “Se estes profissionais forem pedir o seguro-desemprego pela primeira vez, não terão direito ao benefício. Como este jovem irá se manter enquanto

não consegue outro emprego? Muitos contam com este auxílio para se recolocar no mercado de trabalho”, adverte Edna Alves, presidente do Sindicato da Saúde de Jaú. Ela lembra que é inegável a

necessidade do aumento do controle social para reduzir fraudes, “entretanto, as medidas vão em direção contrária à da estruturação do sistema de seguridade social, pois, em alguns casos, há a retirada de direitos e não o combate às irregularidades”, conclui.



Edna

Legislação anterior	MP 665	Votação do Congresso	Lei sancionada 13.134
<b>SEGURO-DESEMPREGO</b>			
1º acesso: 6 meses seguidos de trabalho para o 1º acesso.	1º acesso: 18 meses de trabalho (que não precisam ser ininterruptos) nos 24 meses anteriores à demissão.	1º acesso: 12 meses de trabalho nos 18 meses anteriores à demissão.	1º acesso: 12 meses de trabalho nos 18 meses anteriores à demissão.
	2º acesso: 12 meses de trabalho nos 16 meses anteriores à demissão.	2º acesso: 9 meses de trabalho nos 12 meses anteriores à demissão.	2º acesso: 9 meses de trabalho nos 12 meses anteriores à demissão.
Demais acessos pelo menos 6 meses trabalhados nos últimos 36 meses.	Demais acessos: 6 meses ininterruptos de trabalho antes da demissão.	Demais acessos: 6 meses ininterruptos de trabalho antes da demissão.	Demais acessos: 6 meses ininterruptos de trabalho antes da demissão.
Carência: 16 meses entre dois pedidos, segundo resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).	Carência: Codefat irá definir carência entre dois pedidos.	Carência: Codefat irá definir carência entre dois pedidos.	Carência: Codefat irá definir carência entre dois pedidos.
A concessão do benefício pode ser condicionada à comprovação da matrícula e da frequência em curso de formação com carga horária mínima de 160 horas.	Redação não alterada.	Para solicitar o benefício, o trabalhador demitido terá que comprovar matrícula e frequência em curso de formação habilitado pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 160 horas.	Para solicitar o benefício, o trabalhador demitido terá que comprovar matrícula e frequência em curso de formação habilitado pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 160 horas.

# Quem votou a favor da MP 665



ANA PERUGINI (PT)  
dep.anaperugini@camara.leg.br



ANDRES SANCHEZ (PT)  
dep.andressanchez@camara.leg.br



ANTONIO BULHÕES (PRB)  
dep.antoniobulhoes@camara.leg.br



ARLINDO CHINAGLIA (PT)  
dep.arlindochinaglia@camara.leg.br



BALEIA ROSSI (PMDB)  
dep.baleiarossi@camara.leg.br



BETO MANSUR (PRB)  
dep.betomansur@camara.leg.br



CAPITÃO AUGUSTO (PR)  
dep.capitaoaugusto@camara.leg.br



CARLOS ZARATTINI (PT)  
dep.carloszarattini@camara.leg.br



CELSO RUSSOMANNO (PRB)  
dep.celsorussomanno@camara.leg.br



GOULART (PSD)  
dep.goulart@camara.leg.br



GUILHERME MUSSI (PP)  
dep.guilhermemussi@camara.leg.br



HERCULANO PASSOS (PSD)  
dep.herculanopassos@camara.leg.br



JOSÉ MENTOR (PT)  
dep.josementor@camara.leg.br



KEIKO OTA (PSB)  
dep.keikoota@camara.leg.br



LUIZ LAURO FILHO (PSB)  
dep.luizlaurofilho@camara.leg.br



MARCELO AGUIAR (DEM)  
dep.marceloaguiar@camara.leg.br



MARCIO ALVINO (PR)  
dep.marcioalvino@camara.leg.br



MIGUEL LOMBARDI (PR)  
dep.miguellombardi@camara.leg.br



MILTON MONTI (PR)  
dep.miltonmonti@camara.leg.br



NELSON MARQUEZELLI (PTB)  
dep.nelsonmarquzelli@camara.leg.br



NILTO TATTO (PT)  
dep.niltotatto@camara.leg.br



ORLANDO SILVA (PCdoB)  
dep.orlandosilva@camara.leg.br



PAULO MALUF (PP)  
dep.paulomaluf@camara.leg.br



PAULO TEIXEIRA (PT)  
dep.pauloteixeira@camara.leg.br



RENATA ABREU (PTN)  
dep.renataabreu@camara.leg.br



RICARDO IZAR (PSD)  
dep.ricardoizar@camara.leg.br



ROBERTO ALVES (PRB)  
dep.robertoalves@camara.leg.br



SÉRGIO REIS (PRB)  
dep.sergioreis@camara.leg.br



VALMIR PRASCIDELLI (PT)  
dep.valmirprascidelli@camara.leg.br



VICENTE CÂNDIDO (PT)  
dep.vicentecandido@camara.leg.br



VICENTINHO (PT)  
dep.vicentinho@camara.leg.br



VINÍCIUS CARVALHO (PRB)  
dep.viniciuscarvalho@camara.leg.br



WALTER IHOSHI (PSD)  
dep.walterihoshi@camara.leg.br

## Quem votou contra a MP 665



ALEX MANENTE (PPS)  
dep.alexmanente@camara.leg.br



ALEXANDRE LEITE (DEM)  
dep.alexandreleite@camara.leg.br



ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB)  
dep.antoniocarlosmendesstham@camara.leg.br



ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB)  
dep.arnaldofariadesa@camara.leg.br



BRUNA FURLAN (PSDB)  
dep.brunafurlan@camara.leg.br



BRUNO COVAS (PSDB)  
dep.brunocovas@camara.leg.br



CARLOS SAMPAIO (PSDB)  
dep.carlossampaio@camara.leg.br



DR. SINVAL MALHEIROS (PV)  
dep.dr.sivalmalheiros@camara.leg.br



EDUARDO BOLSONARO (PSC)  
dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br



EDUARDO CURY (PSDB)  
dep.eduardocury@camara.leg.br



ELI CORRÊA FILHO (DEM)  
dep.elicorreafilho@camara.leg.br



EVANDRO GUSSI (PV)  
dep.evandrogussi@camara.leg.br



FAUSTO PINATO (PRB)  
dep.faustopinato@camara.leg.br



FLAVINHO (PSB)  
dep.flavinho@camara.leg.br



GILBERTO NASCIMENTO (PSC)  
dep.gilbertonascimento@camara.leg.br



IVAN VALENTE (PSOL)  
dep.ivanvalente@camara.leg.br



JEFFERSON CAMPOS (PSD)  
dep.jeffersoncampos@camara.leg.br

**LUTE CONOSCO PELA  
CONSERVAÇÃO DOS  
DIREITOS  
TRABALHISTAS.**





JOÃO PAULO PAPA (PSDB)  
dep.joapaulopapa@camara.leg.br



JORGE TADEU MUDALEN (DEM)  
dep.jorgetadeumudalen@camara.leg.br



LOBBE NETO (PSDB)  
dep.lobbeneto@camara.leg.br



MAJOR OLÍMPIO (PDT)  
dep.majorolimpio@camara.leg.br



MARA GABRILLI (PSDB)  
dep.maragabrilli@camara.leg.br



MARCELO SQUASSONI (PRB)  
dep.marcelosquassoni@camara.leg.br



MIGUEL HADDAD (PSDB)  
dep.miguelhaddad@camara.leg.br



MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (PP)  
dep.missionariojoseolimpio@camara.leg.br



PAULO FREIRE (PR)  
dep.paulofreire@camara.leg.br



PAULO PEREIRA DA SILVA (SD)  
dep.paulopereiradasilva@camara.leg.br



RICARDO TRIPOLI (PSDB)  
dep.ricardotripoli@camara.leg.br



ROBERTO FREIRE (PPS)  
dep.robertofreire@camara.leg.br



SAMUEL MOREIRA (PSDB)  
dep.samuelmoreira@camara.leg.br



SILVIO TORRES (PSDB)  
dep.silviorres@camara.leg.br



TIRIRICA (PR)  
dep.tiririca@camara.leg.br



VANDERLEI MACRIS (PSDB)  
dep.vanderleimacris@camara.leg.br



VITOR LIPPI (PSDB)  
dep.vitorlippi@camara.leg.br



WILLIAM WOO (PV)  
dep.williamwoo@camara.leg.br

## Quem se ausentou na votação



LUIZA ERUNDINA (PSB)  
dep.luizaerundina@camara.leg.br  
(estava hospitalizada)



PR. MARCO FELICIANO (PSC)  
dep.pr.marcofeliciano@camara.leg.br

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES  
DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO  
EM DEFESA DOS DIREITOS  
TRABALHISTAS.**



## Lei 13.135, oriunda da MP 664, restringe acesso à pensão por morte

A Medida Provisória 664 foi aprovada no dia 14 de maio, na Câmara dos Deputados, e no dia 27, no Senado, e restringe o acesso ao pagamento da pensão por morte, limitando o seu recebimento pelo cônjuge ou companheiro, de acordo com a expectativa de vida. Quanto mais jovem, por menos tempo receberá a pensão.

A medida, editada pela presidente Dilma Rousseff, que altera as Leis 8.213, de 24 de julho de 1991; 10.876, de 2 junho de 2004; 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e a 10.666, de 8 de maio de 2003, foi substituída pelo texto do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) (ver quadro) e convertida na Lei 13.135, após sanção da presidente.

De acordo com a nova lei, os cônjuges só

poderão requerer pensão por morte do companheiro se o tempo de união estável ou casamento for de mais de dois anos e o segurado tiver contribuído para o INSS por, no mínimo, um ano e meio.

Antes da medida não era exigido tempo mínimo de contribuição para que os dependentes tivessem direito ao benefício, mas era necessário que, na data da morte, o segurado estivesse contribuindo para a Previdência Social.

A lei impõe também a exigência da comprovação de dois anos de casamento ou união estável antes do óbito do segurado e de 18 contribuições mensais ao INSS e/ou ao regime próprio de servidor para o cônjuge poder receber a pensão por um tempo maior. Se não forem cumpridos estes requisitos, ele poderá receber a pensão por

quatro meses. Com essas medidas, o governo pretende evitar o casamento por conveniência pouco tempo antes da morte. Neste sentido, a lei prevê que o cônjuge ou companheiro

perderá o direito à pensão por morte se, a qualquer tempo, for comprovada, em processo judicial, a simulação ou fraude para receber a pensão.

Além disso, o governo alega que a medida tem o intuito de equalizar as contas da Previdência Social, não permitindo, por exemplo, que uma jovem de 26, que se casa com um senhor de 66 e que vem a falecer receba pensão vitalícia. “O argumento adotado pelo governo de corrigir ‘distorções, abusos e fraudes’, sem avaliar que estes episódios representam a minoria dos benefícios pagos, pode trazer riscos às políticas públicas de maneira geral, uma vez que os programas sociais são alvo constante de questionamentos quanto à sua veracidade”, pondera Luiz Carlos Vergara, diretor de Imprensa e Divulgação da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

No que diz respeito à expectativa de vida, se cumpridas as carências previstas no texto, o cônjuge ou companheiro receberá a pensão, segundo sua idade, na data do óbito do segurado, de acordo com a expectativa de vida definida pela Tabela Completa de Mortalidade, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vigente na ocasião.

“Parte da argumentação do governo em relação ao custo se concentra em comparações internacionais e desconsidera o longo trajeto que a sociedade brasileira tem a percorrer para se equiparar ao sistema de seguridade social de outros países”, finaliza Vergara.



Vergara

### PENSÃO POR MORTE

	LEI ANTERIOR	MP ORIGINAL	TEXTO APROVADO NO CONGRESSO E TRANSFORMADO NA LEI 13.135
<b>Período de Carência</b>	Não exigido	24 contribuições mensais	18 contribuições mensais
<b>Tempo mínimo de casamento ou união estável</b>	Não exigido	2 anos	2 anos
<b>Renda da pensão a ser rateada (RGPS)</b>	100% da aposentadoria	50% + 10% por dependente (até 100%)	100% da aposentadoria
<b>Tempo de duração da pensão para cônjuge ou companheiro(a)/idade</b>	Vitalícia	Não prevê 3 anos - até 21 anos; 6 anos - de 22 a 27 anos; 9 anos - de 28 a 32 anos; 12 anos - de 33 a 38 anos; 15 anos - de 39 a 43 anos; Vitalícia - 44 anos ou mais.	4 meses 3 anos - com menos de 21 anos; 6 anos - de 21 a 26 anos; 10 anos - de 27 a 29 anos; 15 anos - de 30 a 40 anos; 20 anos - de 41 a 43 anos; Vitalícia - 44 anos ou mais.

### AUXÍLIO-DOENÇA

<b>Início do benefício rateado (RGPS)</b>	16º dia de afastamento ou data do pedido, se mais de 30 dias.	31º dia de afastamento ou data do pedido, se mais de 45 dias.	16º dia de afastamento ou data do pedido, se mais de 30 dias.
<b>Renda mensal do benefício</b>	91% do salário de benefício até o teto (R\$ 4.663,75).	91% do salário de benefício até média dos últimos 12 salários.	91% do salário de benefício até média dos últimos 12 salários.



# Quem votou a favor da MP 664



ANA PERUGINI ( PT )  
dep.anaperugini@camara.leg.br



ANDRES SANCHEZ ( PT )  
dep.andressanchez@camara.leg.br



ANTONIO BULHÕES ( PRB )  
dep.antonibulhoes@camara.leg.br



ARLINDO CHINAGLIA ( PT )  
dep.arlindochinaglia@camara.leg.br



BALEIA ROSSI ( PMDB )  
dep.baleiarossi@camara.leg.br



CAPITÃO AUGUSTO ( PR )  
dep.capitaoaugusto@camara.leg.br



CARLOS ZARATTINI ( PT )  
dep.carloszarattini@camara.leg.br



CELSO RUSSOMANO ( PRB )  
dep.celsorussomano@camara.leg.br



FAUSTO PINATO ( PRB )  
dep.faustopinato@camara.leg.br



GUILHERME MUSSI ( PP )  
dep.guilhermemussi@camara.leg.br



HERCULANO PASSOS ( PSD )  
dep.herculanopassos@camara.leg.br



JOSÉ MENTOR ( PT )  
dep.josementor@camara.leg.br



KEIKO OTA ( PSB )  
dep.keikoota@camara.leg.br



MARCELO AGUIAR ( DEM )  
dep.marceloaguiar@camara.leg.br



MARCELO SQUASSONI ( PRB )  
dep.marcelosquassoni@camara.leg.br



MARCIO ALVINO ( PR )  
dep.marcioalvino@camara.leg.br



MIGUEL LOMBARDI ( PR )  
dep.miguellombardi@camara.leg.br



MILTON MONTI ( PR )  
dep.miltonmonti@camara.leg.br



NELSON MARQUEZELLI ( PTB )  
dep.nelsonmarquezelli@camara.leg.br



NILTON TATTO ( PT )  
dep.niltotatto@camara.leg.br



ORLANDO SILVA ( PT do B )  
dep.orlandosilva@camara.leg.br



PAULO MALUF ( PP )  
dep.paulomaluf@camara.leg.br



PAULO TEIXEIRA ( PT )  
dep.pauloteixeira@camara.leg.br



RENATA ABREU ( PTN )  
dep.renatabreu@camara.leg.br



RICARDO IZAR ( PSD )  
dep.ricardoizar@camara.leg.br



ROBERTO ALVES ( PRB )  
dep.robertoalves@camara.leg.br



SÉRGIO REIS ( PRB )  
dep.sergioreis@camara.leg.br



TIRIRICA ( PR )  
dep.tiririca@camara.leg.br



VALMIR PRASCIDELLI ( PT )  
dep.valmirprascidelli@camara.leg.br



VICENTE CÂNDIDO ( PT )  
dep.vicentecandido@camara.leg.br



VICENTINHO ( PT )  
dep.vicentinho@camara.leg.br



VINÍCIUS CARVALHO ( PRB )  
dep.viniuscscarvalho@camara.leg.br



WALTER IHOSHI ( PSD )  
dep.walterihoshi@camara.leg.br



WILLIAM WOO ( PV )  
dep.williamwoo@camara.leg.br

## Quem votou contra a MP 664



ALEX MANENTE (PPS)  
dep.alexmanente@camara.leg.br



ALEXANDRE LEITE (DEM)  
dep.alexandreleite@camara.leg.br



ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB)  
dep.arnaldofariadesa@camara.leg.br



BRUNO COVAS (PSDB)  
dep.brunocovas@camara.leg.br



CARLOS SAMPAIO (PSDB)  
dep.carlossampaio@camara.leg.br



DR. SINVAL MALHEIROS (PV)  
dep.dr.sinvalmalheiros@camara.leg.br



EDUARDO BOLSONARO (PSC)  
dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br



EDUARDO CURY (PSDB)  
dep.eduardocury@camara.leg.br



ELI CORRÊA FILHO (DEM)  
dep.elicorreafilho@camara.leg.br



EVANDRO GUSSI (PV)  
dep.evandrogussi@camara.leg.br



FLAVINHO (PSB)  
dep.flavinho@camara.leg.br



GILBERTO NASCIMENTO (PSC)  
dep.gilbertonascimento@camara.leg.br



IVAN VALENTE (PSOL)  
dep.ivanvalente@camara.leg.br



JEFFERSON CAMPOS (PSD)  
dep.jeffersoncampos@camara.leg.br



JOÃO PAULO PAPA (PSDB)  
dep.joaopaulopapa@camara.leg.br



JORGE TADEU MUDALEN (DEM)  
dep.jorgetadeudemudalen@camara.leg.br



LOBBE NETO (PSDB)  
dep.lobbeneto@camara.leg.br



MARA GABRILLI (PSDB)  
dep.maragabrilli@camara.leg.br



MIGUEL HADDAD (PSDB)  
dep.miguelhaddad@camara.leg.br



MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (PP)  
dep.missionariojoseolimpio@camara.leg.br



PAULO FREIRE (PR)  
dep.paulofreire@camara.leg.br



PAULO PEREIRA DA SILVA (SD)  
dep.paulopereiradasilva@camara.leg.br



RICARDO TRIPOLI (PSDB)  
dep.ricardotripoli@camara.leg.br



SAMUEL MOREIRA (PSDB)  
dep.samuelmoreira@camara.leg.br



SILVIO TORRES (PSDB)  
dep.silviotorres@camara.leg.br



VITOR LIPPI (PSDB)  
dep.vitorlippi@camara.leg.br

## Quem se ausentou na votação



ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB)  
dep.antoniocarlosmendesthame@camara.leg.br



BETO MANSUR (PRB)  
dep.betomansur@camara.leg.br



BRUNA FURLAN (PSDB)  
dep.brunafurlan@camara.leg.br



GOULART (PSD)  
dep.goulart@camara.leg.br



LUIZ LAURO FILHO (PSB)  
dep.luizlaurofilho@camara.leg.br



LUIZA ERUNDINA (PSB)  
dep.luizaerundina@camara.leg.br  
(hospitalizada)



MAJOR OLÍMPIO (PDT)  
dep.majorolimpio@camara.leg.br



PR. MARCO FELICIANO (PSC)  
dep.pr.marcofeliciano@camara.leg.br



ROBERTO FREIRE (PPS)  
dep.robertofreire@camara.leg.br



VANDERLEI MACRIS (PSDB)  
dep.vanderleimacris@camara.leg.br

## Votação dos senadores de São Paulo

## MP 664

NÃO

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)  
aloyisionunes.ferreira@senador.leg.br

NÃO

José Serra (PSDB)  
jose.serra@senador.leg.br

SIM

Marta Suplicy (PT)  
marta.suplicy@senadora.leg.br

## Votação dos senadores de São Paulo

## MP 665

NÃO

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)  
aloyisionunes.ferreira@senador.leg.br

NÃO

José Serra (PSDB)  
jose.serra@senador.leg.br

NÃO

Marta Suplicy (PT)  
marta.suplicy@senadora.leg.br

## Nova fórmula da aposentadoria

Os deputados incluíram na Medida Provisória 664 uma emenda do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que visava combater o chamado “Fator Previdenciário”. Tendo como objetivo desestimular aposentadorias precoces, ela permitia que o trabalhador recebesse o benefício integral, mesmo não tendo a idade mínima de 65 anos, para homens, e de 60, para mulheres, exigida anteriormente.

A emenda era uma alternativa ao fator previdenciário para quem atingisse uma somatória que leva em conta a idade e o tempo de trabalho. Esta soma deveria ser de 85 para as mulheres e 95 para os homens, desde que o tempo mínimo de contribuição fosse de 30 e 35 anos, respectivamente.

Antes, por exemplo, um homem de 60 anos tinha desconto no benefício ao se aposentar, mesmo se tivesse contribuído por 35 anos, por não atingir a idade mínima (65). Com a regra do Congresso, a somatória atingiria o mínimo exigido (95) e, portanto, ele teria direito ao pagamento integral do benefício. “A somatória era uma opção melhor para a aposentadoria do que o fator previdenciário, que prevê redução no valor do benefício daqueles que se aposentam com menos idade”, esclarece Sérgio Roberto Balduino, diretor de Assuntos de Previdência Social da Federação paulista da Saúde.

Porém, tal emenda foi vetada pela presidente Dilma Rousseff, que criou uma alternativa à fórmula aprovada no Congresso. “O que era de certa forma razoável para os trabalhadores, a presidente vetou”, destaca Sérgio.

## Cálculo progressivo

Pelo texto da presidente, o segurado que preencher o requisito para se aposentar por tempo de contribuição pode abrir mão do fator previdenciário e optar pela fórmula “85/95”, mas ela será acrescida em um ponto em diferentes datas, a partir de 2017, atrasando o acesso ao benefício. “A fórmula do Congresso Nacional, apesar de não ser ainda a ideal, era a mais próxima do que o trabalhador merece. Esta invenção da presidente é tão prejudicial quanto o fator previdenciário”, aponta Sérgio. A fórmula proposta para calcular a aposentadoria varia progressivamente com a expectativa de vida da população, que tende a aumentar anualmente. As somas de idade e de tempo de contribuição previstas serão acrescidas de um ponto em diferentes datas.

Por exemplo, um homem que completar 95 pontos em 2017 (60 anos de idade e 35 de contribuição) precisará de um ponto a mais para se aposentar, seja em idade ou por tempo de contribuição. Para se aposentar em 2019, vai precisar de mais um ponto, além dos 96 necessários pelo cálculo.

A mudança foi criada por medida provisória, que tem efeito imediato e validade de 120 dias, até que seja aprovada ou derrubada no Congresso.

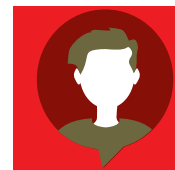
“Nós não podemos deixar que aprovelem outro retrocesso. Com o seu apoio, trabalhador, nós conseguiremos derrubar essa fórmula que é totalmente prejudicial”, finaliza o diretor.

## Veja como fica a aposentadoria pelo cálculo progressivo

Pontuação para receber 100% do benefício aumenta com o passar dos anos

## Regras

Como são calculadas as pontuações



Mínimo de contribuição: 35 anos + idade\*: 60 anos = 95 + ponto que depende do ano da aposentadoria

\* a idade pode ser menor se o tempo de contribuição for superior a 35 anos.



Mínimo de contribuição: 30 anos + idade\*: 55 anos = 85 + ponto que depende do ano da aposentadoria

\* a idade pode ser menor se o tempo de contribuição for superior a 30 anos.

## Quando você quer se aposentar?

Em razão do aumento da expectativa de vida, pontos devem ser adicionados ao cálculo dependendo do ano da aposentadoria.

	Ponto que entra no cálculo	Pontuação final (homem)	Pontuação final (mulher)
2015	0	95	85
2016	0	95	85
2017	1	96	86
2018	1	96	86
2019	2	97	87
2020	3	98	88
2021	4	99	89
2022	5	100	90

A partir de 2022, serão somados sempre 5 pontos, ou vale a fórmula 90/100.

Fonte: G1

## Lideranças mundiais de saúde debatem salários e condições de trabalho em congresso na Argentina

Com uma delegação composta por 12 pessoas, a Federação paulista da Saúde representou o Brasil no Congresso Mundial de Saúde, que aconteceu em Buenos Aires, Argentina, nos dias 20 e 21 de maio. Denominado Unicare - Reunião Mundial, o evento foi promovido pela Uni Global Union, entidade de nível internacional que representa os trabalhadores do setor de serviços e teve o apoio da Federação dos Trabalhadores da Saúde da Argentina (Fatsa).

Esta foi a primeira vez que as lideranças mais influentes do setor se encontraram em um congresso mundial para tratar especificamente sobre o tema, reunindo 150 participantes, representando 28 países, de todos os continentes.

A abertura do congresso foi feita por Christy Hoffman, vice-presidente da Uni Global; Carlos West Ocampo, presidente da Fatsa; Adriana Rosenzvaig, secretária regional da Uni Américas, além de Rubem Cortina, presidente da Uni Américas.

Citando o sentimento de compaixão que predomina no setor de saúde, Christy Hoffman ressaltou a necessidade de construir uma estrutura global na área da saúde que leve em conta a melhoria dos salários dos trabalhadores do setor, que reconhecidamente são baixos em todo o mundo.

As palestras do primeiro dia do evento abordaram temas de interesse específico das lideranças da área da saúde, como a longevidade da população e a globalização mundial como fatores determinantes para a busca de um atendimento à saúde com mais qualidade; a necessidade de aumentar o número de trabalhadores sindicalizados, único caminho para o fortalecimento da organização e inclusão dos trabalhadores do setor em seus sindicatos; a estratégia de crescimento da assistência domiciliar no longo prazo e a oportunidades para organização das categorias.

Edison Laércio de Oliveira, presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, que representa os tra-

balhadores brasileiros no evento, destaca a troca de experiências entre os países como o ponto alto da reunião mundial. “Conhecer a realidade da categoria em outras partes do mundo acrescenta não apenas conhecimento, como contribui, sobremaneira, ao trabalho diário que executamos em prol dos trabalhadores”, ressalta.

Já, no segundo dia do Congresso Mundial da Saúde ocorreu uma visita ao Hospital Universitario Fundación Favaloro, na cidade de Buenos Aires, além de ampla discussão sobre o avanço dos profissionais cuidadores que surgiram na última década com uma nova visão demarcada, principalmente, pela melhoria da qualidade de vida da população e o aumento da idade média das populações mundiais. “Todos os continentes registraram crescimento desses profissionais, que permitem o cuidado dos pacientes no ambiente familiar. Paralelamente, crescem os investimentos na educação dos profissionais do setor”, observou Edison Laércio de Oliveira, a partir das experiências compartilhadas durante o Congresso Mundial. “Respeitando as diferenças culturais, todos os países apresentaram como característica comum o avanço dos cuidadores e os problemas com relação ao investimento e à infraestrutura na área da saúde, que têm como consequência a dificuldade de organização da categoria”, completou.

### Brasil e Argentina possuem importante parceria educacional que pode ser ampliada

A Fatsa mantém, desde 1994, a Fundación Docencia e Investigación para la Salud, unidade de ensino em nível técnico e superior voltado para a área da saúde, que é similar ao



Instituto de Saúde Integrada (ISI), mantido pelo Sinsaúde Campinas e Região “O congresso possibilitou uma oportunidade de ampliação da parceria já mantida entre as instituições, pois pensamos em ampliar o convênio que temos na área educacional com a oferta de cursos no módulo EAD (ensino a distância) mantidos pelas duas instituições”, adiantou diretora executiva do ISI e presidente do Sinsaúde Campinas e Região, Leide Mengatti.

### Representantes da Federação paulista da Saúde no evento

Edison Laércio de Oliveira e Leide Mengatti (região de Campinas), Paulo Pimentel (região de Santos), Alexandre Ferreira Corte (região de Ribeirão Preto), Paulo César Richieri (região de Piracicaba), Marta Alves de Carvalho (região de São José do Rio Preto), Elaine da Silva Amaral (região de Franca), Maria das Graças Artur Machado (região de Sorocaba), Vera Lúcia Salvadio Pimentel (região de Bauru), Edna Alves (região de Jaú), Carlos José Gonçalves (região de São José dos Campos) e Sirlene Nogueira, assessora de comunicação da Federação.

## Países representados no congresso

Brasil	Malásia
Argentina	México
Austrália	Nepal
Bélgica	Nova Zelândia
Canadá	Nigéria
Chile	Peru
Colômbia	Rep. Dominicana
D R Congo	África do Sul
França	Espanha
Ghana	Tunísia
Indonésia	Uruguai
Itália	Estados Unidos
Japão	Zimbabwe
Coreia	Suíça



## Presidente da Federação é eleito para Comitê Mundial da Saúde

O presidente da Federação paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, foi eleito vice-presidente das Américas e passa a fazer parte do Comitê Executivo Mundial Unicare (área da saúde), órgão ligado à Uni Global Union.

A definição aconteceu no final do Congresso Mundial da Saúde, realizado na cidade de Buenos Aires (Argentina), nos dias 20 e 21 de maio.

A presidência do Comitê coube ao atual presidente da Fatsa, Carlos West Ocampo.

Dentre as diversas atividades que deverão ser desenvolvidas pelo Comitê está a elaboração de uma pesquisa mundial que trace o perfil dos profissionais da área da saúde, além do desenvolvimento de campanhas pela organização e sindicalização dos trabalhadores.

“Temos um papel de relevância para cumprir, mas confio na capacidade do presidente eleito, que vai liderar o grupo, para cumprir com eficiência suas funções em prol da valorização e do crescimento com qualidade do setor de saúde”, afirmou Edison, após a aprovação do seu nome para o cargo.



## Assembleia Legislativa reconhece o valor dos profissionais da saúde em homenagem no dia 15 de maio

O dia 15 de maio de 2015 ficou marcado na lembrança de todos os trabalhadores da saúde vindos de todas as regiões do Estado, que lotaram as galerias da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para prestigiar a homenagem ao Dia Estadual do Trabalhador da Saúde que a Casa promoveu.

E a presença marcante da categoria também chamou a atenção do secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT) Canindé Pegado. Ele lembrou que, geralmente, os plenários ficam lotados por outros motivos. “Na maioria das vezes, o que vemos são os plenários cheios com a população revoltada com os deputados, reivindicando suas necessidades, mas o que vemos aqui hoje são pessoas unidas pela comemoração de um dia muito significativo para mudar o Brasil”, enfatizou.

E mudar o Brasil também foi tema presente em todos os discursos das autoridades que compuseram a mesa. Davi Zaia, deputado estadual pelo PPS, ressaltou o momento difícil em que passam todas as categorias, com a economia parando, desemprego e condições contrárias à evolução dos direitos dos trabalhadores. “Passamos por um momento muito complicado, mas, ainda assim, é a dedicação e atenção de vocês, trabalhadores da saúde, que fazem a diferença”, destaca.

Edison Laércio de Oliveira, presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do



Estado de São Paulo, disse que a homenagem, por mais simples que seja, enche-o de orgulho por pertencer à melhor categoria de trabalhadores do País e se lembrou de que, apesar de ser um dia de festa, é também um dia de reflexão sobre a realidade do País.

E, pela primeira vez, além dos 13 representantes de cada sindicato, a homenagem ao Dia Estadual do Trabalhador da Saúde foi finalizada com uma homenagem póstuma ao grande sindicalista Pedro Tolentino, que

faleceu este ano, aos 55 anos, após uma batalha contra o câncer. Sua esposa, Adélia Correa, recebeu com muita emoção a homenagem da Assembleia Legislativa. “Pedro, que era o braço direito de Edison, me ensinou que existem pessoas boas. Ele foi um homem de valor, um homem de verdade”, enfatizou o deputado estadual Rafael Silva, autor do projeto de lei que deu origem ao 12 de maio.

Já, Edison Laércio de Oliveira lembrou que a história marcante de Pedro na luta

pelos direitos da categoria se deve ao amor que ele sentia pelo que fazia. “Das muitas coisas que ele fez duas vão ficar marcadas. A primeira foi a preocupação de cuidar de quem cuida, com a implantação da NR-32. A segunda foi ter sido o mentor, juntamente com Rafael Silva, da criação do 12 de maio”, destacou Edison.



## Homenageados pela Alesp representam todo o Estado

**F**oram 13 homenageados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), representando todas as regiões do Estado de São Paulo, além da emocionante homenagem póstuma a Pedro Tolentino. Confira a seguir os depoimentos dos trabalhadores que receberam a homenagem.

Representando a região de **Franca** foi homenageada a auxiliar de enfermagem da Santa Casa de Igarapava, Ivone Carrocini. A profissional, que atua na categoria há 34 anos, integra a diretoria do Sindicato da Saúde de Franca e compõe a diretoria suplente da Federação da Saúde. Para ela, a homenagem na Assembleia Legislativa representa um importante incentivo para atuar ainda mais na defesa dos direitos da categoria. “Com o cenário atual de mudanças trabalhistas, a homenagem é um incentivo para que possamos trabalhar ainda mais para que os profissionais da saúde não sejam lesados”, diz.

Sebastiana de Oliveira Carvalho, auxiliar de limpeza da Santa Casa de Jales, foi a trabalhadora indicada para representar a região de **São José do Rio Preto**, na Alesp. “Me sinto honrada, estou muito feliz”, declarou a profissional, que é uma funcionária antiga da Santa Casa e se destaca pela simpatia e amizade com os colegas de trabalho. Gratidão foi o sentimento da técnica de enfermagem aposentada Maria Vilma Gomes da Silva. Ela foi homenageada, representando a cidade de **Jaú** e afirma que esta foi a maior recompensa pelos 43 anos trabalhados na Santa Casa de Jaú. “Os agradecimentos são muitos. Agradeço a companheira Jerusa, aos colegas de trabalho, a minha família, à população de Jaú, a presidente do Sindicato da Saúde de Jaú, Edna, ao presidente da Federação da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, que é uma referência para nós, ao meu marido Mauro Martins pelo apoio de sempre, aos meus filhos e à família que estou cuidando atualmente por todo o carinho.”

A região de **São José dos Campos** teve como homenageada a trabalhadora Silvana Aparecida Pereira, que é auxiliar de enfermagem no berçário da Fundação São Paulo Apóstolo. Ela, que atua no mesmo hospital há 27 anos, diz-se honrada e emocionada com a homenagem. “É um dia muito especial, estou muito feliz e grata a tudo.”

Representando a região de **Ribeirão Preto** foi homenageado Antonio Carlos Jorgete, que é técnico de radiologia no Hospital José Venâncio,

em Colina (SP), há 20 anos.

“Não tenho nem palavras para dizer o que estou sentindo. Fui pego de surpresa e eu estou muito feliz”, disse o profissional, que acredita que ainda há muitos avanços a ser conquistados, principalmente para a enfermagem.

Joel Freitas da Silva foi o trabalhador da saúde escolhido em **Santos**, de forma unânime, para receber a homenagem na Alesp. Técnico de enfermagem e 18 anos na área da saúde, o profissional afirma que esta homenagem ficará marcada para sempre em sua história. “É um momento muito importante da minha vida, um momento ímpar que eu nunca vou me esquecer”, diz.

Em **Piracicaba**, a trabalhadora de destaque foi Raquel Melero Cursio Assarisse, enfermeira do Hospital Independência (AMHPLA), que atua há 28 anos na área da saúde. “É uma honra fazer parte disso, que representa o reconhecimento de muitos anos de trabalho, sempre dando o melhor de mim”, diz emocionada. Raquel também destaca a necessidade de melhorar os salários dos profissionais, tendo em vista que em outros aspectos, a categoria já evoluiu muito.

Para representar a região de **Araçatuba**, recebeu a homenagem o auxiliar de enfermagem da Santa Casa de Araçatuba, José Monteiro dos Santos, que se diz satisfeito em ter escolhido uma profissão que lhe permite se dedicar àqueles que necessitam de cuidados. “Se não tiver dedicação e carinho, não consegue ficar nesta profissão”, confessa ele, que há 32 anos está na área da saúde. A técnica de enfermagem da Santa Casa de Presidente Epitácio, Maria Lúcia da Silva, ficou surpresa quando recebeu o convite do Sindicato da Saúde de **Presidente Prudente e Região** para representar os colegas na Alesp. “Ser reconhecida pelo trabalho que se faz é muito gratificante, sinto-me honrada, orgulhosa em receber esta homenagem e divido com todos os meus colegas.” Maria Lúcia está há 25 anos na área da saúde. Há 10 anos no setor administrativo do Hospital Estadual de Bauru, Sérgio Tales Celestino foi indicado pelo Sindicato da Saúde de **Bauru e Região** para receber a homenagem na Alesp em



nome dos trabalhadores da saúde de sua região. Para ele foi uma surpresa a indicação. “Não sei se estou à altura desta homenagem, mas é uma honra saber que fui escolhido pela dedicação ao próximo”, diz.

Há 18 anos trabalhando como técnica de enfermagem na Santa Casa de Araras, Tereza do Carmo Lima de Souza, foi a indicada do Sindicato da Saúde de **Campinas e Região** para receber a homenagem na Alesp. O que é uma honra para ela, que afirma ter se encontrado na área da saúde, onde pode se dedicar ao próximo. “A homenagem foi surpresa e me sinto gratificada em saber que a indicação foi pela dedicação ao meu trabalho”, diz.

O Sindicato da Saúde de **Sorocaba e Região** escolheu para ser representante da região José Paulo Bueno, que é coordenador de manutenção na Santa Casa de Tatuí há 15 anos. Para ele, trabalhar na área da saúde e servir às pessoas em momentos difíceis, de fragilidade é mais que um trabalho, é um dever. “Representar meus colegas de profissão é uma responsabilidade e esta homenagem é extensiva a todos”, diz o profissional. Um susto foi o que Shirley Cristina Bertin levou quando chegou na Alesp. A técnica de enfermagem da Santa Casa de Rio Claro ficou sabendo minutos antes de começar a solenidade de que seria a homenageada do Sindicato da Saúde de **Rio Claro e Região**. “Levei um susto, pois vim apenas para prestigiar a homenagem e quando cheguei aqui fui surpreendida, mas me sinto honrada com isso e espero estar à altura para representar os meus colegas”, diz ela emocionada.



Araçatuba



Bauri



Campinas



Franca



Jaú



Piracicaba



Presidente Prudente



Ribeirão Preto



Rio Claro



São José do Rio Preto



Santos



São José dos Campos



Sorocaba